

Congresso aprova pedido de calamidade pública para enfrentar o coronavírus

Medida é válida até 31 de dezembro deste ano e possibilita que o governo federal desobedeça as metas fiscais para custear as ações de combate à pandemia

O Congresso Nacional aprovou, na semana passada, o projeto de decreto legislativo (PDL 88/2020) que reconhece o estado de calamidade pública do Brasil. O governo federal fez o pedido na última quarta (18), por meio da mensagem (MSG) 93/2020, em decorrência da pandemia do coronavírus (Covid-19).

O texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados na própria quarta-feira e pelo Senado na sexta (20). Os senadores votaram por meio do Sistema de Deliberação Remota (SDR), uma ferramenta que permitiu a discussão e a votação da matéria pelo meio virtual. O sistema deverá ser utilizado nas deliberações das próximas semanas.

O ato de calamidade pública, promulgado e publicado como Decreto Legislativo nº 6 de 2020, está previsto para durar até 31 de dezembro deste ano e possibilita que o governo federal desobedeça as metas fiscais para custear as ações de combate à pandemia do coronavírus.

Além de autorizar o aumento da despesa pública, o decreto cria ainda uma comissão de parlamentares para acompanhar as medidas tomadas pelo Executivo federal no enfrentamento da doença. O colegiado será formado por seis deputados federais e seis senadores, com igual número de suplentes.

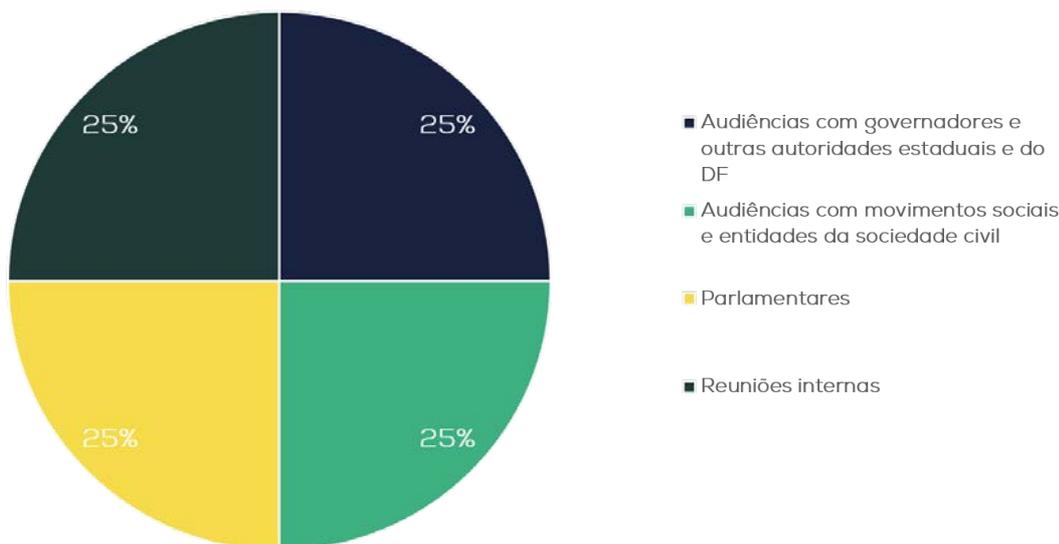
Segundo o decreto, a comissão poderá trabalhar remotamente e terá reuniões mensais com técnicos do Ministério da Economia. Os membros do colegiado também farão uma audiência bimestral com o ministro da pasta, Paulo Guedes, para avaliar a situação fiscal e a execução orçamentária e financeira das medidas emergenciais relacionadas ao coronavírus.

Executivo

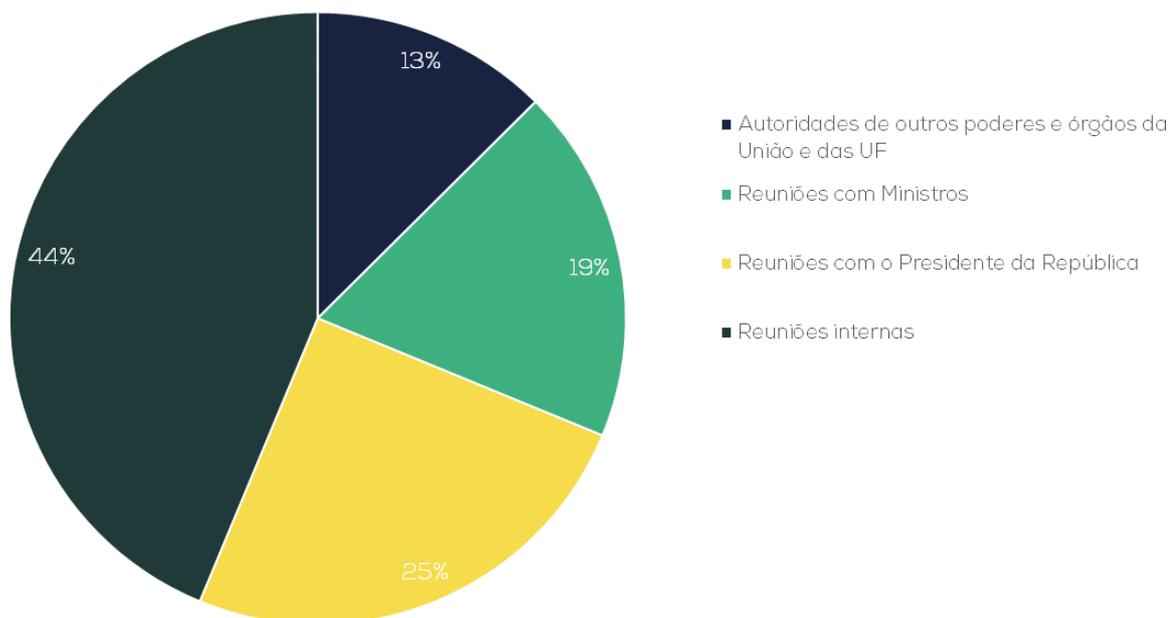
Na semana que os governadores decretaram medidas de isolamento social para conter a pandemia do coronavírus, as autoridades federais cancelaram seus compromissos externos e se concentram em reuniões internas do governo.

A única exceção foi o vice-presidente Hamilton Mourão, que recebeu o deputado federal Subtenente Gonzaga (PDT/MG), além de Helder Martins Oliveira, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais (ASPRA), e Marco Antônio Bahia, vice-presidente da entidade.

Agenda oficial do Vice-Presidente da República, entre 16/03 e 22/03



Agenda oficial do Ministro da Justiça, entre 16/03 e 22/03



O Fonte Segura monitora semanalmente, de segunda-feira a domingo, as agendas públicas das autoridades abaixo elencadas. Agora, você também pode consultá-las de forma interativa no menu superior "[Agenda](#)":

- Presidente da República;
- Vice-presidente da República;
- Ministro da Casa Civil;
- Ministro do Gabinete de Segurança Institucional;
- Ministro da Secretaria de Governo;
- Ministro da Justiça e Segurança Pública;
- Secretário Nacional da Segurança Pública;
- Secretário Nacional da Justiça;
- Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional;
- Presidente do Supremo Tribunal Federal;
- Procuradora-Geral da República;

- *Presidente da Câmara dos Deputados;*
 - *Presidente do Senado Federal.*
-

<https://backup.forumseguranca.org.br/movimentacao-politica/template-1-movimentacao-politica-559rv-6tueq-azrss-9bjb7-yihu5>

